



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/11/2025

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado criticou o Governo Federal e a imprensa sobre a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), que resultou em mais de 100 mortes. Repudiou declarações da Vereadora Karen Santos, que chamou traficantes de trabalhadores, e criticou o Presidente Lula por afirmar que traficantes são vítimas. Destacou que mais de 80% dos moradores de favelas aprovaram a operação, contrariando a narrativa de setores da esquerda e da mídia. Acusou o Governo de não ter políticas efetivas de segurança pública, criticando a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública; e o projeto “antifacção”. Em seguida, elogiou o Governador Cláudio Castro pela firmeza na condução da operação e lamentou as mortes de quatro policiais. Por outro lado, criticou a Rede Globo e o apresentador Luciano Huck, acusando-os de defender bandidos, e ironizou uma comentarista da emissora que sugeriu que policiais enfrentassem criminosos com pedras. Por fim, reafirmou o apoio à Frente Parlamentar da Segurança Pública e acusou o Governo Lula de mentir para a população e falhar no combate ao crime organizado.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado celebrou o início das audiências públicas sobre o projeto de irrigação do Vale do Luiú (BA), no sudoeste da Bahia, previsto para irrigar 51 mil hectares e gerar mais de 50 mil empregos diretos. Agradeceu ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, por destravar o projeto em 2023, após décadas parado, e destacou o apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e das lideranças locais. Por fim, ressaltou a importância da iniciativa para o desenvolvimento econômico e social do sudoeste baiano.

**Sargento Fatur (PSD - PR)** - O Deputado defendeu a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), que resultou em 117 criminosos mortos, classificando-a como um sucesso apesar das mortes e ferimentos de policiais. Afirmou que os mortos eram criminosos perigosos e criticou quem tentou relativizar o resultado por motivos religiosos. Elogiou as polícias pela ação e acusou o Governo Lula de incompetência e oportunismo na segurança pública, dizendo que o Governo “quer protagonismo” sem efetividade. Criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, e defendeu a inclusão de prisão perpétua e até pena de morte para criminosos. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

ironizou comentaristas de mídia, especialmente da Rede Globo e UOL, que criticaram o uso da força policial, chamando-as de “especialistas despreparadas”. Concluiu reafirmando seu lema de “força e honra” e que segurança pública deve ser a prioridade máxima do Estado.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado criticou o Governo Federal por, segundo ele, tratar a segurança pública com viés ideológico enquanto o crime organizado avança no país. Mencionou um narcotraficante internacional que declarou guerra ao Brasil em aliança com o PCC, e denunciou o abandono das fronteiras, onde há poucos agentes atuando. Defendeu a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), afirmando que teve o apoio da população e rechaçou críticas de colegas que chamaram a ação de “execução”. Acusou setores da imprensa — especialmente a Globo News — de dar voz a analistas despreparados, que, segundo ele, “não entendem nada de segurança pública”. Além disso, defendeu a criação de um mecanismo jurídico que permita a intervenção federal imediata contra facções, sem necessidade de decretar Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Finalizou dizendo que o Brasil vive uma guerra contra o crime organizado, e cobrou que o Governo aja com urgência para retomar o controle de territórios dominados por facções.

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado criticou o sistema financeiro brasileiro após o Banco Central do Brasil (Bacen) proibir as chamadas “contas-bolsão”, usadas por *fintechs* e instituições para movimentar recursos sem identificação de titularidade, o que, segundo ele, permitiu a circulação de R\$ 54 bilhões em quatro anos sem rastreamento adequado. Questionou a omissão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e dos bancos, já que essas *fintechs* operam com contas dentro do próprio sistema bancário tradicional. Para corrigir essa brecha, apresentou o Projeto de Lei nº 4.321, de 2025, que estabelece medidas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle, assegurar a transparência e garantir a rastreabilidade das operações realizadas no sistema financeiro e no mercado de capitais, abrangendo bancos, corretoras, distribuidoras e *fintechs*, e incluindo ativos virtuais como criptomoedas. Afirmou que o objetivo é sufocar financeiramente o crime organizado, evitando que recursos ilícitos circulem fora do alcance da Receita Federal e dos órgãos de controle. Pediu ampla fiscalização sobre as *fintechs* e destacou que o combate ao crime deve incluir bloqueio de suas fontes de financiamento. Ao final, agradeceu as mensagens de apoio por seu retorno à Câmara após um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado repudiou a atitude do Governador Ibaneis Rocha, que exonerou a esposa do advogado Francisco Emerenciano após o jurista afirmar publicamente que o ex-Governador José Roberto Arruda é elegível sob a nova Lei da Ficha Limpa. Classificou a decisão de Ibaneis como “ditatorial” e uma tentativa de interferir politicamente na disputa pelo Governo do Distrito Federal. Além disso, defendeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

Arruda, declarou que ele concorrerá legitimamente nas próximas eleições e afirmou com convicção que “o próximo Governador de Brasília (DF) se chama José Roberto Arruda”, concluindo com a frase: “E o choro é livre.”.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado elogiou a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), chamando-a de uma das mais eficientes da história, e criticou duramente o Governo Lula por, segundo ele, ser omissivo na segurança pública. Na continuidade, defendeu os policiais mortos e feridos, chamou Lula de “covarde” por não prestar apoio às famílias das vítimas e o acusou de proteger traficantes e relativizar crimes. Disse que o projeto antifacção do Governo é ineficaz e defendeu que o PCC e o Comando Vermelho sejam classificados como organizações terroristas, como já ocorre em países vizinhos. Além disso, afirmou que o povo e os moradores das favelas apoiam as operações policiais e encerrou citando o Presidente de El Salvador, Nayib Bukele, dizendo que “o crime organizado só é forte no Brasil porque está infiltrado no Governo.”.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado alertou para os riscos da proposta do Ministério dos Transportes de tornar facultativo o curso em autoescolas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Criticou a tentativa de mudança por meio de resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), defendendo que o tema seja debatido via projeto de lei e com ampla discussão técnica. Argumentou que liberar motoristas sem formação adequada agravaria os acidentes de trânsito, afirmando que o caminho correto é expandir e melhorar as autoescolas, não eliminá-las. Por fim, informou que a Câmara deverá criar uma Comissão Especial para discutir a proposta e reforçou que a educação no trânsito salva vidas e deve ser tratada como prioridade em qualquer política pública de mobilidade.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) por processar Parlamentares que o chamaram de “partido dos traficantes” e reafirmou essa expressão em plenário. Defendeu o direito à imunidade parlamentar, garantido pelo art. 53 da Constituição, e acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de agir acima da lei. Por fim, disse que, se houvesse abuso de prerrogativas, o caso deveria ser analisado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e não pela Justiça comum.

**Socorro Neri (PP - AC)** - A Deputada celebrou os 95 anos da conquista do direito ao voto feminino no Brasil, aprovado em 3 de novembro de 1930, destacando o avanço histórico das mulheres na democracia. Lembrou que as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro, mas ainda ocupam apenas 133ª posição no *ranking* da Organização das Nações Unidas (ONU) em representação parlamentar e 38% dos cargos de liderança no Executivo, números que revelam a desigualdade de gênero na política e na gestão pública. Afirmou que “democracia não é apenas votar, mas garantir que todas as pessoas estejam nas decisões”,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

ressaltando que as conquistas femininas resultaram de luta e coragem, não de concessões. Também enfatizou que ampliar a presença das mulheres na política, ciência e economia fortalece a democracia e o desenvolvimento nacional, e concluiu com um apelo inspirador: “Quando as mulheres avançam, toda a sociedade avança.”.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado defendeu a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), destacando que ela teve amplo apoio popular, com 87% dos moradores de favelas e 64% dos demais cidadãos aprovando a ação. Criticou a mídia brasileira por, segundo ele, ignorar a opinião pública e tentar desmerecer o trabalho das forças de segurança e do Governador Cláudio Castro. Reafirmou seu apoio aos policiais, chamando-os de “heróis”, e disse que apenas setores da esquerda se opõem à operação, mencionando a Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que teria afirmado que “traficante é trabalhador”. Concluiu pedindo que o Governador realize novas operações, para demonstrar que o Estado deve prevalecer sobre o crime organizado.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado elogiou a gestão do Vereador Helismar Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Estreito (MA), destacando sua administração eficiente e transparente. Ressaltou que Helismar economizou R\$ 510 mil em apenas 10 meses de mandato, valor que foi devolvido aos cofres do Município em cerimônia oficial com a presença do Prefeito Leo Cunha. Além disso, lembrou que durante o evento, Helismar inaugurou três galerias históricas — dos ex-Prefeitos, ex-Vereadores e ex-Presidentes da Câmara — e apresentou melhorias como reforma do prédio, novos móveis e equipamentos de informática. Na continuidade, ressaltou o compromisso do Governador Carlos Brandão, representado por Vagtonio Brandão, e do Prefeito Leo Cunha, em construir um novo prédio para a Câmara, e afirmou que destinará recursos federais para apoiar a obra e comprar móveis, reconhecendo o trabalho exemplar de Helismar em favor da boa gestão pública municipal.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado agradeceu às lideranças políticas e comunitárias da Bahia que o receberam durante visitas no fim de semana. Relatou que esteve em Santana (BA), onde foi recebido pelo Dr. Rodrigo, ex-candidato a Prefeito, e seu grupo político, incluindo jovens e representantes da cultura local, como o grupo de quadrilhas Fulô Santanense. Elogiou o Município, descrevendo-o como organizado, produtivo e com forte vocação agrícola, e destacou o engajamento da juventude em buscar melhorias para a cultura da cidade. Também visitou a Chapada Diamantina, com passagem por Morro do Chapéu (BA), onde se reuniu com o Vereador Tomé (América Dourada), e com lideranças de Itaguaçu da Bahia (BA), Baixa Grande (BA) e outras cidades próximas. Ressaltou o potencial da região para a produção de uvas e vinhos de alta qualidade, além de reconhecer o trabalho político local. Concluiu reiterando seus agradecimentos às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

lideranças das regiões de Santana, América Dourada, Baixa Grande e Itaguaçu da Bahia, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento regional e o diálogo constante com as bases políticas e culturais do interior baiano.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado lamentou o acidente ocorrido na BR-230, entre Juazeirinho (PB) e Campina Grande (PB), que resultou em seis mortes e vários feridos. Destacou que todas as vítimas fatais eram da cidade de Juazeirinho e expressou solidariedade às famílias, pedindo a Deus conforto e pronta recuperação aos feridos. Além disso, criticou a falta de duplicação da rodovia, afirmando que a tragédia poderia ter sido evitada caso a obra já estivesse concluída. Por fim, disse que o Governo prioriza a instalação de radares em vez de investir na infraestrutura e segurança das estradas, o que contribui para a repetição de acidentes fatais como este.

**Sargento Fahur (PSD - PR)** - O Deputado relatou os estragos causados pelas fortes chuvas e vendavais no Paraná, que deixaram muitas famílias desabrigadas e com prejuízos materiais severos. Afirmou estar em contato com Prefeitos locais e o Governo Federal para buscar ajuda emergencial às cidades mais afetadas. Disse ainda que, mesmo sendo oposição, pretende destinar parte de suas emendas impositivas para apoiar a reconstrução e o socorro às vítimas. Em seguida, criticou manifestações de estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que, segundo ele, pediram o fim da Polícia Militar e criticaram operações policiais no Rio de Janeiro (RJ). Classificou o ato como irresponsável e ofensivo, dizendo que tais grupos vivem à custa do dinheiro público e desrespeitam instituições centenárias. Concluiu reafirmando seu apoio às forças de segurança.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado criticou os gastos e impactos da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), afirmando que o evento representa um prejuízo superior a R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. Segundo ele, a conferência ambiental é uma vitrine de “hipocrisia e subordinação do Brasil a interesses internacionais”, especialmente por parte do Governo Federal e do Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva. Além disso, denunciou uma resolução recente do Ministério que propõe o controle e possível proibição do cultivo de plantas consideradas “invasoras”, como soja e eucalipto, lembrando que ambas são essenciais à economia e à produção energética nacional. Afirmou que medidas desse tipo atacam diretamente o agronegócio, setor que sustenta a balança comercial brasileira. Também acusou o Governo de impedir o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, citando entraves ambientais à conclusão de obras como as BRs 080, 242 e 158, que, segundo ele, estão paradas há anos por decisões ideológicas e burocráticas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério Público. Ironizou o discurso de “simplicidade” do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

Presidente Lula na COP 30, e disse que o evento deixará o Congresso paralisado por duas semanas sem trazer benefícios reais ao País. Por fim, disse que o Governo petista “persegue o agronegócio, sabota o progresso e age contra os interesses nacionais sob o pretexto ambiental”.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de usar um “Ministério da Propaganda” para manipular a opinião pública e gastar milhões em publicidade. Defendeu as forças policiais, lembrando sua experiência na Força Nacional no Rio de Janeiro, e condenou a Rede Globo por dar espaço a “especialistas” que, segundo ele, desrespeitam a realidade dos policiais. Além disso, afirmou que o Presidente Lula trata traficantes como vítimas e que a violência aumentou no país, especialmente nos Estados nordestinos governados pela esquerda. Criticou ainda a Ministra dos Direitos Humanos por, segundo ele, defender criminosos em vez de policiais e famílias das vítimas. Por fim, pediu ações urgentes para fortalecer a segurança pública, com foco na valorização dos agentes de segurança, e afirmou que o Brasil vive uma crise de criminalidade e abandono institucional.

**Paulo Folletto (PSB - ES)** - O Deputado celebrou o sucesso da equipe Titãs da Robótica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – Campus Colatina (ES), que conquistou o título de campeã brasileira em duas categorias do Campeonato Brasileiro de Robótica (CBR), realizado em Vitória (ES). Ressaltou que os estudantes ficaram em 1º lugar nas categorias Futebol 2D e Challenger, e em 2º na OBR Prática, superando inclusive equipes de universidades de renome como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Lembrou que a conquista garante à equipe o direito de representar o Brasil na competição internacional de robótica de 2026, na Coreia do Sul. Na oportunidade, destacou os nomes dos alunos e professores envolvidos — Julio Cesar Goldner Vendramini, Giovany Frossard Teixeira, Jaime de Oliveira Lima, Renan Osório Rios e Igor Carlos Pulini —, elogiando o trabalho contínuo de excelência desenvolvido há 11 anos no campus de Colatina. Explicou que o projeto de robótica do Ifes é um exemplo de educação pública de qualidade, que forma jovens competitivos, criativos e preparados para o mercado de trabalho, além de projetar Colatina e o Espírito Santo no cenário científico nacional e internacional. Por fim, afirmou que “a meninada de Colatina ganhou o mundo com a robótica”.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado informou a realização de uma audiência pública no Pontal do Marape, em Mato Grosso, voltada a assentados rurais, destacando o trabalho do Deputado Gilberto Cattani em defesa dessa pauta. Afirmou que é preciso diferenciar os assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), explicando que os assentados são produtores que adquiriram ou receberam suas terras e vivem da produção, enquanto o MST, segundo ele, prejudica a reforma agrária. Em seguida, parabenizou Cattani pelo trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Leite e defendeu a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

instalação de uma nova CPI para investigar a formação de preços do leite no Brasil, alegando que o setor precisa de mais transparência e políticas que protejam o produtor rural.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado destacou a vitória do movimento popular Trem Varginha Já, da Zona Sul de São Paulo (SP), que lutou por mais de 10 anos pela construção de uma estação de trem na periferia da cidade. Ressaltou o papel de lideranças locais e o apoio dos mandatos da família Tatto, comemorando a mobilização popular que garantiu essa melhoria no transporte público para os trabalhadores da região metropolitana. Em seguida, comemorou o fato de o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), destacando a decisão do Presidente Lula de levar a conferência para a Amazônia como um gesto simbólico e político. Disse que realizar o evento em Belém é reconhecer a importância de discutir as mudanças climáticas a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento, que sofrem mais com os eventos climáticos extremos, mas historicamente não foram os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, defendeu que os países ricos devem contribuir mais financeira e tecnologicamente para o enfrentamento da crise climática, e relacionou o tema à justiça tributária e social, argumentando que as populações mais pobres são sempre as mais afetadas por enchentes, secas e desastres. Concluiu afirmando que a COP 30 trará protagonismo ao Brasil e ajudará a influenciar o debate climático global sob uma ótica de justiça social e ambiental.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado fez um apelo ao Congresso Nacional para que valorize os profissionais da segurança pública e cumpra uma dívida histórica com as forças policiais. Defendeu a criação de um piso salarial nacional para policiais militares, civis, penais, federais e rodoviários federais — algo que, segundo ele, já existe nas áreas da educação e da saúde, mas ainda não foi garantido à segurança pública. Enfatizou que as condições de trabalho dos policiais precisam ser urgentemente melhoradas, classificando o cenário atual como insustentável. Afirmou que não se podem discutir outras pautas antes de resolver essa questão e acusou o Governo do Presidente Lula de não apoiar os policiais, alegando que o país vive um “narcoestado” em que as forças de segurança enfrentam uma guerra desigual contra o crime organizado.

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado relatou suas atividades recentes em dois Municípios do Ceará, destacando ações voltadas ao desenvolvimento econômico local e à valorização do serviço público. Primeiro, elogiou a Expo Acarape, evento realizado em Acarape (CE), sob a gestão do Prefeito Edilberto, que reuniu produtores e empreendedores locais e regionais em quase um quilômetro de tendas de exposição. Disse que a feira movimentou o comércio, gerou renda e emprego, além de estimular a circulação de recursos na economia da região do Maciço de Baturité (CE) e na Região Metropolitana de Fortaleza (CE). Destacou o sucesso da iniciativa e defendeu que outras cidades brasileiras adotem o modelo como forma de fortalecer as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

economias locais. Em seguida, relatou sua visita a Pentecoste (CE), onde participou das celebrações do Dia do Servidor Público promovidas pelo Prefeito Vicente do Zuza. Ressaltou a importância do reconhecimento aos servidores e elogiou o evento, que contou com grande participação popular, sorteios de prêmios e homenagens a diversas categorias, incluindo professores, médicos e garis. Informou que a administração local recebeu oito novos ônibus escolares e que nove ambulâncias estão a caminho, fortalecendo os serviços de saúde e transporte escolar no município. Por fim, parabenizou a gestão municipal e a Câmara de Vereadores por suas ações em prol do bem-estar da população e da eficiência dos serviços públicos.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado celebrou a chegada do Deputado Ricardo Galvão à Câmara, ressaltando sua trajetória como físico e ex-Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destacou que Galvão fortalece a bancada da ciência, tecnologia e inovação, área essencial para a soberania e o desenvolvimento do Brasil. Por fim, afirmou que a ciência é responsável por avanços em vacinas, agricultura e espaço, e afirmou que a presença de Galvão engrandece os trabalhos da Casa e valoriza a pesquisa científica nacional.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado defendeu que o PCC e o Comando Vermelho sejam classificados como organizações terroristas, criticando o Presidente Lula e o Ministro Ricardo Lewandowski por não adotarem essa medida. Parabenizou o Governador Cláudio Castro (RJ) por operações policiais e defendeu o uso de armamento pesado pelas forças de segurança. Além disso, acusou o Governo Federal e parte do Congresso de conivência com o crime organizado. Em seguida, reafirmou suas posições contra o aborto, pró-armas e antidrogas. Por fim, fez críticas diretas ao Presidente da República e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado criticou o Presidente Lula por, segundo ele, negar o uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em situações de segurança pública no Rio de Janeiro, mas autorizá-la para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Chamou o Presidente de “mentiroso” e afirmou que as Forças Armadas deveriam atuar em conjunto com as polícias civil e militar para combater o crime no Estado. Por fim, prestou condolências aos policiais mortos em operações no Rio e declarou apoio às forças de segurança e ao Governador Cláudio Castro, defendendo a presença militar como forma de garantir ordem e proteção à população.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado fez um apelo à Mesa Diretora da Câmara e aos Líderes partidários para que destinem parte do Orçamento da União à segurança pública. Denunciou que o Brasil vive



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

um “narcoestado”, com criminosos fortemente armados, citando o caso de 400 traficantes com fuzis no Rio de Janeiro (RJ). Por fim, criticou a falta de recursos orçamentários para as forças policiais e cobrou do Congresso medidas urgentes de valorização e investimento na segurança pública, em apoio às polícias do Rio de Janeiro e de todo o país.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado anunciou que o Presidente Lula enviou ao Congresso o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2025, que altera o Anexo V à Lei nº 15.121, de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025, prevendo aumento salarial entre 19% e 28% para as forças de segurança do Distrito Federal e Territórios, reforçando o compromisso do Governo com a categoria. Também destacou o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2025, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Cultura, do Esporte e da Integração e do Desenvolvimento Regional, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.151.590.306,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente; lembrando que a proposição, já aprovada, autoriza a contratação de 1.284 policiais militares, 700 civis e 89 bombeiros no Distrito Federal. Na oportunidade, cobrou a inclusão dos policiais penais no Fundo Constitucional. Em seguida, celebrou a conquista da pesquisadora Mariangela Hungria, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que recebeu o Prêmio Mundial da Alimentação, considerado o “Nobel da agricultura”, por pesquisas com bioinsumos e fixação de nitrogênio, que tornam a agricultura mais sustentável e menos dependente de insumos importados. Finalizou parabenizando os novos chefes da Embrapa Cerrados e da Embrapa Arroz e Feijão, Jorge Werneck e Miguel Ivan de Oliveira, desejando-lhes uma gestão produtiva.

## ORDEM DO DIA

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.809, de 2024, que altera a Lei nº 7.797, de 1989, a Lei nº 9.795, de 1999, e a Lei nº 12.187, de 2009, para incluir a previsão de educação para reação a desastres climáticos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.809, de 2024, que altera a Lei nº 7.797, de 1989, a Lei nº 9.795, de 1999, e a Lei nº 12.187, de 2009, para incluir a previsão de educação para reação a desastres climáticos. Na oportunidade, acusou o Governo Lula de falhar nas promessas ambientais, alegando aumento das queimadas e falta de ação efetiva. Criticou a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por dificultar a exploração de petróleo e prejudicar a autossuficiência energética, e ironizou o Ministério da Fazenda, dizendo que só “serve para taxar o povo”. Em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

seguida, reclamou que a Paraíba, apesar de ter dado 65% dos votos a Lula, não recebeu obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Concluiu reafirmando sua oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda política.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.809, de 2024, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para incluir a previsão de educação para reação a desastres climáticos.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.553, de 2025, que institui o Portal Nacional de Informações Estratégicas Socioambientais, Climáticas e Territoriais - “INFOCLIMA-TERRA-BRASIL”, e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Lula, apontando contradição entre o discurso ambiental e a prática governamental e destacando que o desmatamento atingiu recorde histórico. Também questionou os gastos da COP30 no Pará e a atuação da pasta ambiental. Ressaltou que o Partido dos Trabalhadores (PT) votou contra medidas favoráveis ao Brasil quando o Presidente era Bolsonaro, como o Marco do Saneamento, evidenciando, dessa forma, incoerência política. Por fim, reafirmou a importância de a população comparar o discurso governamental com as ações efetivas e afirmou cumprir sua função de Deputado da Oposição, representando o Estado da Paraíba.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a postura do Governo Lula quanto ao saneamento básico, apontando incoerência ao abordar o tema, uma vez que a bancada do PT votou contra a medida em 2020. Ressaltou que o Governo vetou vários pontos do projeto de saneamento e não avançou na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

implementação, evidenciando que Estados do Nordeste, governados por petistas, carecem de saneamento adequado, inclusive João Pessoa, maior cidade da Paraíba, com quase 1 milhão de habitantes. Apontou ainda a contradição do Governo Lula ao falar em saneamento básico, uma vez que os investimentos públicos nessa área são insuficientes. Por fim, declarou que sua função na tribuna é mostrar ao povo a discrepância entre o discurso e a prática governamental, ressaltando que o Governo mantém a população em situação de vulnerabilidade social.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico. Além disso, criticou a aplicação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) pelo Governo Lula em Belém do Pará, contrariando promessas anteriores. Apontou que mais de 9 mil agentes foram mobilizados para proteger Chefes de Estados, enquanto o Governo negligencia o combate ao tráfico de drogas e à criminalidade organizada. Ressaltou ainda que o Presidente considera os traficantes como vítimas, e não os usuários.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Sargento Fatur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2024, que altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para Municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado apoiou o Projeto de Lei Complementar nº 204,2025, que suplementa o arcabouço fiscal para investir nas Forças Armadas, apontando o sucateamento dessas instituições durante o Governo Lula. Criticou o Comandante do Exército por envolver-se em questões políticas, desrespeitando a tropa. Ressaltou ainda que as Forças Armadas e a segurança pública encontram-se totalmente sucateadas, solicitando ao Relator a inclusão de pelo menos 1 bilhão de reais para a segurança pública, área que recebe zero investimento do Governo Federal.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Além disso, criticou o apresentador Luciano Huck por se sensibilizar com a morte de traficantes, enquanto ignora as 109 vítimas diárias da criminalidade e suas famílias enlutadas. Apontou a incoerência de Huck ao defender criminosos em detrimento das vítimas de violência.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Nílto Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Além disso, destacou o esforço para contemplar todos os partidos em projetos com agenda positiva na área ambiental, incluindo urgências previstas para o esforço concentrado da agenda ambiental pré-COP.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Nílto Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres.

**Sargento Fatur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Ademais, criticou apresentador da Rede Globo, que se emocionou ao defender os criminosos mortos em operação policial no Rio de Janeiro (RJ).

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Ademais, condenou o Governo Lula por enviar à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, após mais de vinte anos no poder, considerando a iniciativa hipócrita diante do histórico de condescendência com o narcotráfico. Por fim, classificou as facções criminosas como organizações terroristas e defendeu a operação policial do Governo Estadual do Rio de Janeiro.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.947, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres. Ademais, elogiou o Governo Lula como exemplo no enfrentamento da crise climática, destacando a redução de 50% do desmatamento na Amazônia e de 17% das emissões de gases de efeito estufa entre 2023 e 2024. Por fim, elogiou o investimento do Governo Federal em desenvolvimento sustentável e a presidência da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) como instrumento para mobilizar a responsabilidade global.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ademais, solicitou a votação nominal do requerimento.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ademais, condenou a proposição por representar dirigismo estatal e imposição ideológica, ao incluir pautas como equidade de gênero, reforma agrária e demarcação de terras. Afirmou ainda que o Presidente Bolsonaro tituló mais terras do que todos os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

**Nilton Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada manifestou-se contrariamente ao Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ademais, reconheceu a importância da agroecologia como ferramenta complementar de produção, mas alertou que o conceito tem sido usado para ampliar o controle estatal e favorecer grupos politizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Rejeitou ainda o viés ideológico associado ao tema e defendeu maior valorização do agronegócio. Por fim, sugeriu substituir o termo “agrotóxico” por “defensivo agrícola” e afirmou que o País deve orgulhar-se de quem produz.

**Nilton Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Sargento Fahur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ademais, condenou o Governo Lula por incluir na proposição pautas ideológicas, como equidade de gênero, dirigismo estatal e reforma agrária. Denunciou também ações do Governo Federal na Terra Indígena Apyterewa (PA), acusando-o de promover invasões, incendiar fazendas e desrespeitar títulos de propriedade concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.904, de 2023, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ademais, destacou que a proposição está em consonância com as políticas do Governo Lula, que reduziram em 50% o desmatamento na Amazônia e aumentaram em 11% a produtividade nacional. Criticou ainda Parlamentares que apoiam desmatadores e invasores de terras públicas e indígenas, ressaltando que o Governo Federal tem conciliado crescimento econômico e preservação ambiental.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado denunciou o sucateamento das Forças Armadas pelo Governo Lula, condenando a falta de investimentos na área. Além disso, criticou o descumprimento do arcabouço fiscal e o consequente aumento da dívida pública, que poderá chegar a 10 trilhões de reais até o próximo ano. Ademais, condenou o Governo por violar a responsabilidade fiscal e transformar superávit em sucessivos déficits. Lamentou ainda os votos que o Presidente Lula ganhou na Paraíba ao enganar a população. Ao final, repudiou o abandono da política de segurança pública pelo Presidente da República e responsabilizou os Governadores, especialmente os do Nordeste, por tratarem o tema como despesa, defendendo mais respeito e valorização das forças militares e policiais.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional. Ademais, defendeu a aprovação de destaque de bancada para garantir 500 milhões de reais por ano para a segurança pública, em um programa de estratégia nacional de enfrentamento ao crime organizado, sem prejudicar os investimentos destinados às Forças Armadas.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Sargento Fatur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional. Além disso, fez um apelo aos Líderes partidários, à Mesa Diretora e ao Senado Federal para que a Lei Orçamentária Anual inclua um percentual mínimo destinado à segurança pública e à defesa nacional. Sugeriu que, ao menos, 1% do orçamento seja garantido para essas áreas, consideradas estratégicas para o País.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Moses Rodrigues (UNIÃO - CE)** - O Deputado proferiu parecer às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, que estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, que estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, que estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, que estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

**Moses Rodrigues (UNIÃO - CE)** - O Deputado agradeceu o apoio dos partidos pela aprovação do projeto que autoriza a doação de medicamentos por indústrias farmacêuticas. Explicou que a nova lei permitirá que empresas do setor repassem medicamentos com mais de um ano de validade a Estados, Municípios e instituições filantrópicas, sem a cobrança de tributos federais. Ademais, destacou que a medida beneficiará diretamente a saúde pública, ampliando o acesso a tratamentos e reduzindo desperdícios. Encerrou manifestando gratidão ao Senado e aos colegas pela aprovação das emendas.

**General Pazuello (PL - RJ)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**General Pazuello (PL - RJ)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado questionou o Relator do Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, Deputado Eduardo Pazuello, sobre a alegação de inadequação financeira de projeto que trata de recursos para a segurança pública. Afirmou que a justificativa apresentada não fazia sentido, pois a exclusão de despesas das regras fiscais estaria prevista em projeto de lei complementar, e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em seguida, anunciou a apresentação de recurso à Mesa e defendeu a destinação de 3 bilhões de reais para o setor, destacando a necessidade de fortalecer o combate à criminalidade e às organizações criminosas no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado defendeu a aprovação de um recurso contra o indeferimento de emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 204, de 2025, que destina 3 bilhões de reais, ao longo de seis anos, para um programa nacional de enfrentamento ao crime organizado. Argumentou que não havia inadequação financeira na proposta e ressaltou a urgência de fortalecer as políticas de combate às milícias, ao tráfico e às facções criminosas. Citou o êxito da Operação Carbono Oculto, que apreendeu 3 bilhões de reais ao integrar diferentes órgãos de investigação, como exemplo de articulação necessária. Ademais, afirmou que o País precisa priorizar investimentos em segurança pública e ampliar os recursos para as forças policiais e de inteligência.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado destacou a necessidade de ampliar o número de presídios federais no País, lembrando que atualmente existem apenas cinco unidades — em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF). Além disso, afirmou que o ideal seria a construção de 27 presídios federais, um em cada Estado, para reforçar o combate ao crime organizado e a segurança no sistema prisional. Ao concluir, defendeu que essa expansão é fundamental para isolar lideranças criminosas e fortalecer a política nacional de segurança.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado contestou o parecer que apontou inadequação financeira ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional. Argumentou que o documento citou um parágrafo inexistente da Lei Complementar nº 200, o que, segundo ele, torna o parecer insustentável. Também informou que a Liderança do PT está preparando um recurso para reverter a decisão e defendeu que o Congresso não perca a oportunidade de fortalecer o enfrentamento ao crime organizado no País.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado defendeu a construção de 27 presídios federais, um em cada Unidade da Federação, como medida essencial para enfrentar o crime organizado e o que classificou como “facções terroristas”. Propôs penas mais severas para traficantes e autores de latrocínio e sugeriu que a próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias destine de 0,5% a 1% do Orçamento da União para investimentos em segurança pública.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**Sargento Fahur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Duarte Jr. (PSB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei complementar nº 204, de 2025, que dispõe sobre projetos estratégicos em defesa nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

**General Pazuello (PL - RJ)** - O Deputado agradeceu o reconhecimento às Forças Armadas feito por Parlamentares de diferentes campos políticos e afirmou que os investimentos na área de defesa fortalecem a soberania, a segurança e a proteção das fronteiras nacionais. Também anunciou a apresentação de um projeto de lei complementar que altera as regras para o emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), permitindo sua atuação em situações de ocupação territorial por facções narcoterroristas, sem a necessidade de declaração de colapso total das forças estaduais. Por fim, defendeu que o Governo Federal amplie os repasses de recursos complementares para a segurança pública e classificou a votação do dia como uma vitória para o setor.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou o que chamou de “Brasil paralelo” do atual Governo, afirmando que o Presidente da República e seus Ministros estariam desconectados da realidade da população trabalhadora. Citou declarações polêmicas de autoridades, como a fala do Presidente que classificou traficantes como “vítimas do usuário” e o comentário do Ministro Wellington Dias, que teria sugerido “trocar a carteira de trabalho pelo cartão do Bolsa Família”. Ao final, afirmou que o Governo prefere “perpetuar a dependência” a incentivar a autonomia e demonstra alinhamento a ditaduras ao relativizar conflitos internacionais.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado afirmou que a aprovação da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, que altera normas do setor energético, marcou um avanço na defesa da sustentabilidade e do consumidor. Destacou que a retirada do encargo de R\$ 20 a cada 100 kWh para novos produtores de energia solar evitou um retrocesso que poderia inviabilizar a geração distribuída no País. Por fim, ressaltou que a mobilização conjunta de Parlamentares e setores produtivos assegurou uma vitória para o Brasil e reafirmou o compromisso do Congresso com um modelo energético mais limpo e acessível.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado destacou o simbolismo da visita do Presidente Lula à Aldeia Vista Alegre do Capixauã, na Amazônia paraense, onde foi anunciado o fornecimento de energia limpa a mais de 4.300 famílias indígenas. Também ressaltou o anúncio da criação da Universidade Indígena e a demarcação de novas terras como marcos de reparação histórica. Concluiu que o País mostra ao mundo que desenvolvimento e proteção da floresta podem caminhar juntos, com os povos indígenas no centro das soluções para o futuro climático.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado defendeu maior atenção e investimento no paradesporto, destacando seu papel como instrumento de inclusão, superação e dignidade. Propôs a criação de centros regionais de treinamento, programas permanentes de iniciação esportiva para pessoas com deficiência e uma política



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 238.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/11/2025

nacional que garanta bolsas e acompanhamento técnico. Também ressaltou que o investimento no paradesporto deve ser visto como investimento social e cobrou compromisso do Governo Federal e dos Estados para fortalecer a base esportiva e ampliar o acesso ao esporte inclusivo no País.

### **ENCERRAMENTO**